

DESIGUALDADE MARCA A INSERÇÃO DOS NEGROS NO MERCADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL

Há mais de trinta anos comemora-se no Brasil, no dia 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra. A data escolhida remete ao assassinato de Zumbi, um dos principais líderes do Quilombo dos Palmares e ícone da luta da população negra contra o escravismo e em defesa da liberdade. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, em 2007 os negros (pretos e pardos) perfaziam aproximadamente 49,5% da população brasileira. Não obstante representarem praticamente a metade da sociedade brasileira, os negros ainda convivem com discriminações e acentuadas desigualdades.

Nas sociedades capitalistas, de um modo geral, a qualidade de vida das pessoas está intimamente relacionada à inserção de cada indivíduo no mercado de trabalho, uma vez que é por essa via que se tem acesso ao dinheiro, que se converte, num segundo momento, em bens e serviços essenciais para o bem-estar individual. Essa constatação ainda é mais válida em países subdesenvolvidos, uma vez que nestes os serviços públicos são marcados, em linhas gerais, pela acentuada seletividade e pela pouca efetividade social.

Em sendo assim, na ausência de igualdade de oportunidades e de políticas públicas corretivas, o mercado de trabalho tende a sancionar, e às vezes reforçar, as desigualdades existentes na sociedade. Além disso, a permanência histórica da discriminação direcionada à população não branca reproduz situações nas quais igualdades de atributos produtivos não se traduzem em condições de trabalho e remuneração similares.

No Distrito Federal, em 2007, os negros representavam um pouco menos que $\frac{2}{3}$ da População em Idade Ativa e da População Economicamente Ativa. Este estrato populacional, contudo, está sobre-representado no contingente de trabalhadores desempregados (69,5%) e possui uma clara predominância nos segmentos menos estruturados do mercado de trabalho. Numa espécie de naturalização inaceitável da divisão social do trabalho, constata-se que os negros continuam sendo ampla maioria na

Construção Civil e nos Serviços Domésticos, setores marcados pela menor cobertura dos mecanismos de proteção social, baixos rendimentos, jornadas extensas e, no caso da Construção Civil, alta rotatividade.

No que se refere aos rendimentos, observa-se que a desigualdade entre negros e não-negros permanece em patamares bastante elevados, espelhando, de um lado, o diferencial de atributos produtivos em prol destes últimos, e, de outro, a discriminação existente na sociedade brasileira em relação aos negros. Ademais, no universo da população negra, a mulher é a mais penalizada, uma vez que é alvo de discriminações ligadas tanto à questão racial, quanto à questão de gênero. Isto explica, em boa medida, o fato das mulheres negras auferirem os menores rendimentos no mercado de trabalho, bem como registrarem as maiores taxas de desemprego.

1. Em 2007, a População em Idade Ativa negra no Distrito Federal era composta por 1.259 mil pessoas, o que correspondia a uma participação relativa de 63,7%. No mercado de trabalho, por sua vez, os negros representavam 64,5% dos trabalhadores. Deste total, 81,0% estavam ocupados, ao passo que 19,0% desempregados. Com efeito, vale destacar que de cada 10 desempregados, aproximadamente 7 eram negros, o que denota uma sobre-representação deste estrato populacional no contingente de trabalhadores desempregados (TABELA 1).

TABELA 1
Estimativa da População em Idade Ativa (10 anos e mais) segundo a cor
Distrito Federal – 2007

(Em 1 mil pessoas)

Estimativas	Total	Negros	% do total	Não Negros	% do total
População em Idade Ativa (10 Anos e Mais)	1.977	1.259	63,7	718	36,3
População Economicamente Ativa	1.282	827	64,5	455	35,5
Ocupados	1.055	670	63,5	385	36,5
Desempregados	226	157	69,5	69	30,5
Inativos	695	432	62,2	263	37,8

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais – Pesquisa de Emprego e Desemprego

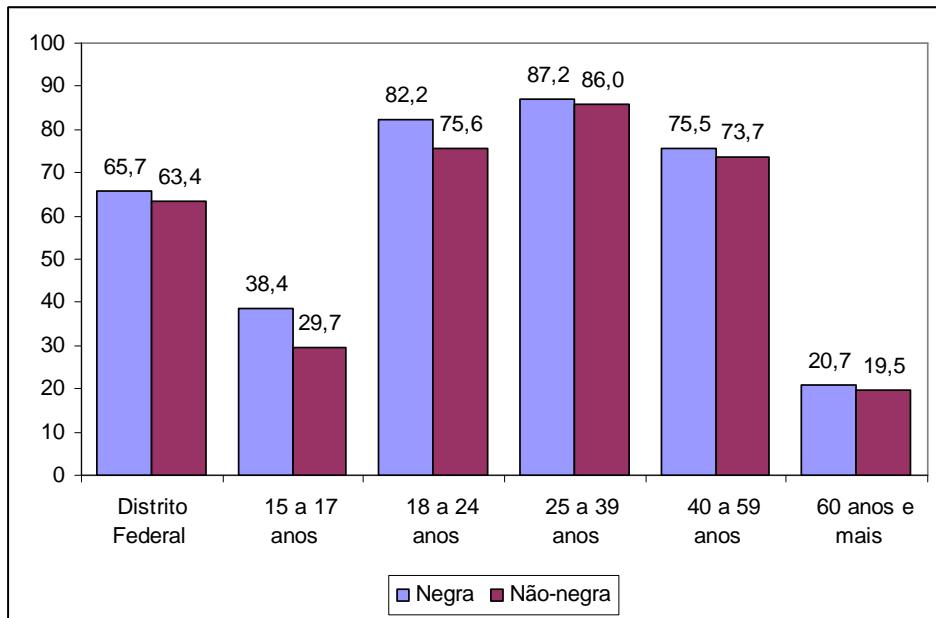
Elaboração: DIEESE

Obs.: Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos

2. No ano passado, os negros apresentaram uma taxa de participação um pouco superior à registrada pela população não-negra: 65,7% contra 63,4%. Desagregando esta informação por faixa etária, constata-se que os negros não só entram mais cedo, como também permanecem no mercado de trabalho mais tempo do que os não-negros. A título ilustrativo, cabe citar que, no período em análise, na faixa etária de 15 a 17 anos a taxa de participação dos negros era de 38,4%, ao passo que a dos não-negros era de 29,7%. No outro extremo, a taxa de participação das pessoas acima de 59 anos foi de 20,7%, para os negros, e de 19,5% para os não-negros. O fato dos negros serem maioria entre as famílias de baixa renda, bem como registrarem uma trajetória ocupacional mais errática (pontuada por vínculos empregatícios precários) ajuda a entender o porquê da maior permanência no mercado de trabalho deste contingente populacional (GRÁFICO 1).

GRÁFICO 1
Taxas de participação, segundo cor e faixa etária
Distrito Federal – 2007

(Em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

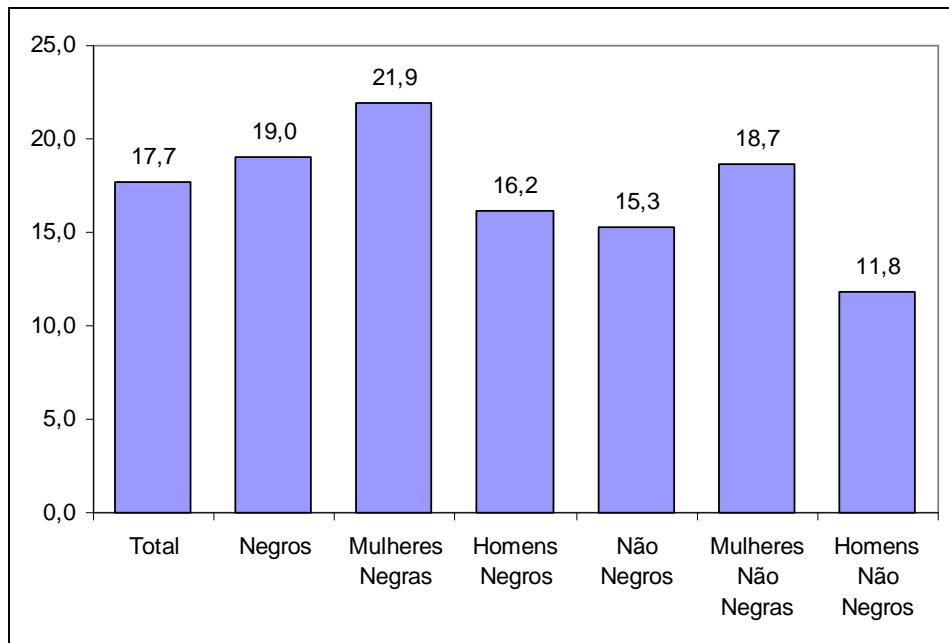
Elaboração: DIEESE

Obs.: Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos

3. A análise da taxa de desemprego por cor e sexo no ano de 2007 indica que os negros registraram índices superiores em qualquer comparação com os não-negros. Nesse quesito, a maior diferença é verificada quando se cotejam as taxas de desemprego dos homens negros com a dos homens não negros (diferença de 4,4 p.p.). É digno de nota, no entanto, que foram as mulheres negras que detiveram a maior taxa de desemprego no período em tela (22,0%) (GRÁFICO 2).

GRÁFICO 2
Taxa de desemprego total por cor e sexo
Distrito Federal– 2007

(Em %)



Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs.: a)Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos

4. Em 2007, os negros residentes no Distrito Federal encontravam-se ocupados majoritariamente no setor de Serviços (62,0%), seguido, não tão de perto, pelo Comércio (15,7%) e pelo Emprego Doméstico (11,9%).
5. Percebe-se ainda que a Construção Civil, composta em quase sua totalidade por trabalhadores do sexo masculino, possui uma maior presença de negros (9,7%) do que de não-negros (6,0%). Vale lembrar que alto grau de informalidade dos vínculos empregatícios, baixos rendimentos, jornadas de trabalho extensas e elevada rotatividade marcam as relações de trabalho no setor.
6. O Emprego Doméstico, uma ocupação tradicionalmente feminina, também reúne uma maior parcela de negras (23,6%) do que não negras (12,5%). À semelhança da Construção Civil, o Emprego Doméstico é caracterizado pelo elevado número de vínculos empregatícios informais, longas jornadas e baixos rendimentos (TABELA 2).

TABELA 2
Distribuição dos ocupados por setor de atividade, cor e sexo
Distrito Federal – 2007

(Em %)

Setor de Atividade	Total	Cor e Sexo					
		Negra			Não-negra		
		Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	3,8	4,0	3,2	4,8	3,3	2,9	3,8
Comércio	15,5	15,7	13,6	17,6	15,0	14,2	15,8
Serviços	65,3	62,0	57,8	65,9	70,9	68,9	72,7
Construção Civil (1)	4,5	5,2	(2)	9,7	3,3	(2)	6,0
Emprego Doméstico	9,9	11,9	23,6	(2)	6,4	12,5	(2)
Demais	1,1	1,1	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Inclui reformas e reparação de edifícios.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Obs: a) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

7. A construção de trajetórias ocupacionais de melhor qualidade, amparadas pelas garantias sociais e trabalhistas vigentes no país, é uma realidade menos freqüente para a população negra quando comparada aos não-negros. De acordo com os dados da PED, em 2007, 68,0% dos negros se inseriam no mercado de trabalho do Distrito Federal por meio de um contrato padrão (assalariados com carteira e estatutários), enquanto que quase 1/3 se valiam de outras formas de contratação. Para os não-negros, estes percentuais eram de 72,2% e 27,8%, respectivamente. Vale destacar que este diferencial reflete a menor presença dos negros no setor público, uma vez que no segmento privado da economia brasiliense os negros possuem, em termos relativos, uma maior participação do que os não-negros: 42,4% contra 37,3%. Dado que a forma preponderante de entrada no setor público é por meio de concurso de provas e títulos, pode-se inferir que o déficit educacional mais elevado dos negros, associado à baixa qualidade do ensino básico ofertado pelo Estado, jogam papel decisivo na conformação das desigualdades entre negros e não-negros no setor público do Distrito Federal (TABELA 3).

TABELA 3
Distribuição dos postos de trabalho gerados por empresas, segundo formas de
contratação, cor e sexo
Distrito Federal – 2007

Formas de Contratação	Total	Negra	Não Negra	(Em %)
Total de postos de trabalho	100,0	100,0	100,0	
Contratação padrão	69,6	68,0	72,2	
Assalariados contratados diretamente				
Com carteira - setor privado	40,5	42,4	37,3	
Com carteira - setor público	4,6	3,7	6,0	
Estatutário	24,5	21,9	28,8	
Outras formas de contratação	30,4	32,0	27,8	
Assalariados contratados diretamente				
Sem carteira - setor privado	10,9	11,6	9,8	
Sem carteira - setor público	3,3	2,7	4,2	
Assalariados subcontratados	11,7	12,6	10,4	
Autônomos para uma empresa	4,5	5,1	3,4	

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs: a) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

8. A desigualdade de rendimentos entre negros e não-negros pode ser melhor visualizada através da análise da evolução do rendimento médio real horário, ao invés do indicador mensal, uma vez que, neste último caso, pode-se incorrer na comparação de rendimentos percebidos pela execução de jornadas de trabalho distintas, comprometendo a análise. Posto isso, cabe frisar que, de acordo com os dados da PED, não só a diferença de rendimentos entre negros e não-negros no Distrito Federal ainda permanece num patamar consideravelmente elevado, como também ampliou-se a desigualdade de rendimentos por cor nos últimos 10 anos. Nesse sentido, em 1998 o rendimento de um trabalhador negro representava aproximadamente $\frac{2}{3}$ do rendimento de um não negro. Em 2007, essa mesma relação estava um pouco menor, na casa dos 61,5%. (TABELA 4).

Tabela 4
Rendimento médio real hora dos ocupados, no trabalho
principal, segundo cor
Distrito Federal – 1998/2007

Período	Negros	Não Negros	Proporção
1998	8,28	12,57	65,9%
1999	8,46	12,51	67,6%
2000	7,92	11,86	66,8%
2001	7,80	11,98	65,1%
2002	7,58	11,92	63,6%
2003	6,72	10,76	62,5%
2004	6,91	10,44	66,2%
2005	6,93	10,54	65,7%
2006	7,20	11,00	65,5%
2007	7,32	11,90	61,5%

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

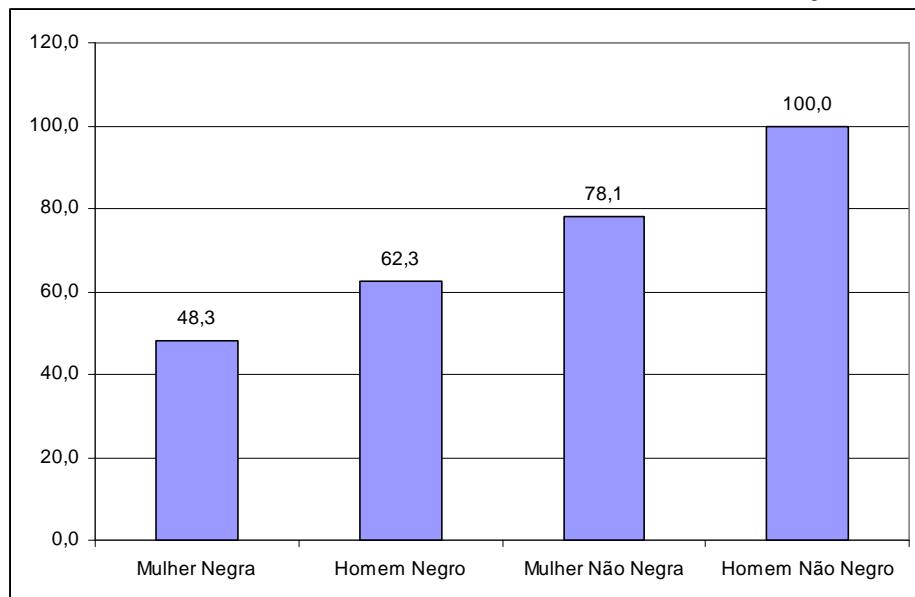
Obs.: a) Inflator utilizado: IPCA/BH/IPEAD; INPC-DF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

b) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

9. Desagregando os dados acima por gênero, percebe-se que, em 2007, as mulheres não negras auferiram um rendimento da ordem de 78,1% dos rendimentos dos homens não negros. Verifica-se ainda que, em relação a este, os homens negros recebiam 62,3% e as mulheres negras 48,3%. Esses dados reforçam a hipótese de que as mulheres negras são duplamente penalizadas ao buscarem uma inserção no mercado de trabalho, sobretudo, se se atenta para o fato que as mulheres possuem, via de regra, uma escolaridade superior ao sexo masculino (GRÁFICO 3).

GRÁFICO 3
**Índice do rendimento médio mensal por hora dos negros e não-negros,
segundo sexo**
Distrito Federal – 2007

(base rendimento hora médio mensal dos homens não-negros = 100)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs: a) Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos

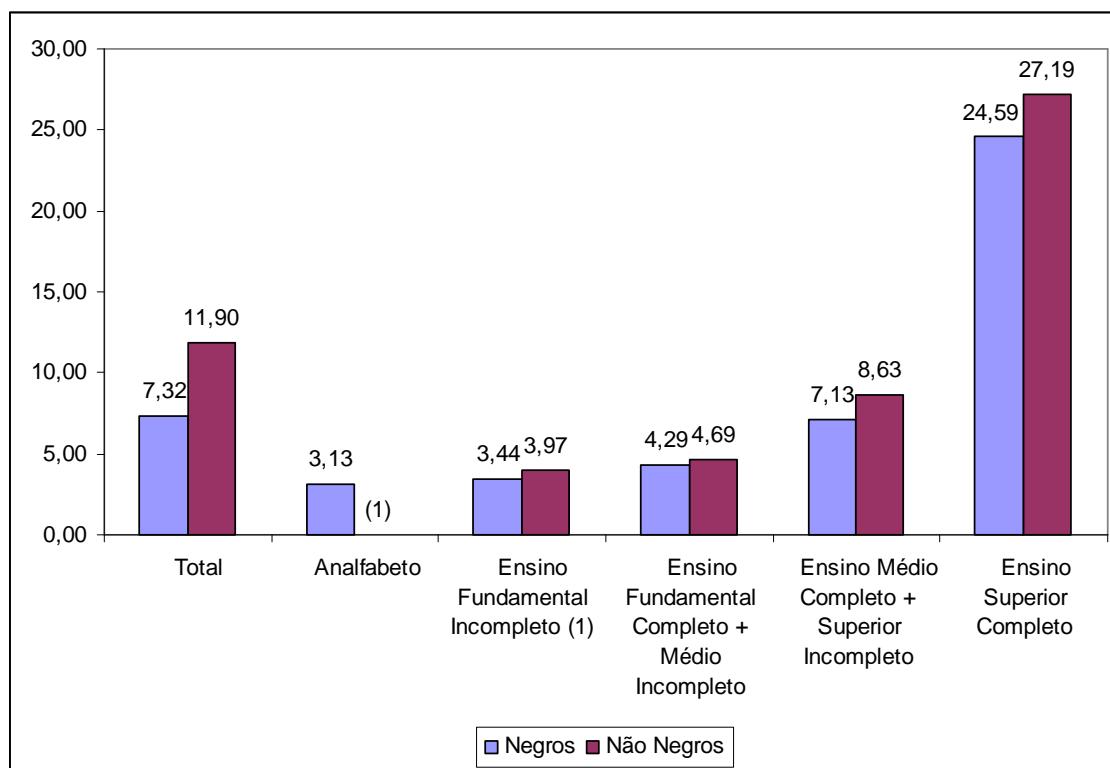
b) Inflator utilizado: ICV-DIEESE/SP.

c) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício

10. Incorporando a questão da escolaridade na análise dos rendimentos de negros e não negros, constata-se, primeiramente, que o aumento da escolaridade possui um papel decisivo na expansão dos rendimentos, independentemente do quesito cor. Em segundo lugar, é importante ressaltar que o diferencial de rendimentos entre negros e não negros sofre alterações pouco expressivas na medida em que se eleva a escolaridade dos trabalhadores, denotando a persistência da discriminação nos mais variados níveis de escolaridade. (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
Rendimento médio real por hora de negros e não negros segundo nível de escolaridade
Região Metropolitana de São Paulo - 2007

(Em reais de julho de 2007)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Obs: a) Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos
b) Inflator utilizado: ICV-DIEESE/SP.

c) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.
Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

OS NEGROS E O EMPREGO PÚBLICO NO DISTRITO FEDERAL

1. Segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, em 2007, aproximadamente 16,5% dos ocupados no Distrito Federal pertenciam a Administração Pública. Deste total, 54,1% eram negros e 45,9% não negros. Os números mostram, portanto, que os negros estão sub-representados no emprego público: enquanto de cada 100 pessoas economicamente ativa quase 70 são negras; no setor público, para cada 100 ocupados aproximadamente 54 pertencem à população negra. Como a principal porta de entrada no emprego público é o concurso de provas e títulos, tal disparate reflete, de uma forma geral, as piores condições de vida às quais ainda estão submetidas a população negra, e, em particular, as dificuldades de acesso e permanência que os negros enfrentam no sistema educacional, sobretudo na rede pública de ensino.
2. Por nível de governo, percebe-se que a sub-representação dos negros aparece de forma mais clara nas instituições públicas do Distrito Federal, onde eles representam 60,4% dos ocupados (contra 64,5% na PEA). No entanto, tendo como referência a participação dos negros na PEA metropolitana¹ (cerca de 46,0% em 2007), observa-se que nas instituições públicas federais os negros tendem a reproduzir uma participação mais próxima da encontrada no mercado de trabalho.
3. Da totalidade das mulheres ocupadas na Administração Pública no Distrito Federal, no ano de 2007, metade pertencia à população negra e a outra metade à não negra. No que diz respeito aos homens, essa distribuição era de 56,4% e 43,6%, respectivamente.
4. Não obstante a população negra estar sub-representada na Administração Pública, percebe-se que a presença dos negros dentre os empregados do setor mantém uma relação inversa com a idade. Tal situação sugere que, de uma forma geral, tem havido uma melhora no acesso dos negros ao funcionalismo público, muito provavelmente em decorrência do aumento da escolaridade verificado nos últimos anos.
5. Ainda assim, os negros presentes no emprego público no Distrito Federal tendem a ocupar os postos de trabalho de menor nível de escolaridade. Em 2007, do total de funcionários públicos com o ensino fundamental completo ou o ensino médio incompleto, 67,0% eram negros. Na outra ponta, dentre os funcionários públicos com ensino superior, 45,7% eram negros e 54,3% não-negros.
6. Por fim, mas não menos importante, constata-se que, em sintonia com a presença mais expressiva em postos de trabalho da Administração Pública que

¹ Abrange as regiões metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e São Paulo, além do Distrito Federal.

demandam menor grau de instrução, os negros auferiam, em 2007, um rendimento médio quase 18% inferior aos não-negros: R\$ 3.831 contra R\$ 4.651.

TABELA 5
Distribuição de Ocupados na Administração Pública segundo Atributos Selecionados e
Rendimento Médio Anual
Distrito Federal – 2007

	Cor (%)		
	Total	Negro	Não Negro
Ocupados	100,0	54,1	45,9
Nível de Governo			
Instituição Pública Federal	100,0	50,5	49,5
Instituição Pública GDF	100,0	60,4	39,6
Sexo			
Mulheres	100,0	50,0	50,0
Homens	100,0	56,4	43,6
Faixa Etária			
18 a 24 anos	100,0	60,0	40,0
25 a 39 anos	100,0	54,7	45,3
40 a 59 anos	100,0	52,7	47,3
60 anos e mais	100,0	(1)	(1)
Escolaridade			
Ensino Fundamental Completo + Médio Incompleto	100,0	66,7	(1)
Ensino Médio Completo + Superior Incompleto	100,0	61,3	38,7
Ensino Superior Completo	100,0	45,7	54,3
Rendimento Médio (2)	4.216	3.831	4.651

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

Notas:

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

(2) Em Reais. Valores atualizados até julho/2008.



Executor no DF



SCS, Quadra 01, Bloco K, Edifício Denasa, sala 903/04 - Brasília/DF - CEP 70398-900
Tel.: (61) 3322-7045 / 3321-8956 - peddf@dieese.org.br - www.dieese.org.br

DIREÇÃO EXECUTIVA

João Vicente Silva Cayres
Presidente – Sind. Metalúrgicos do ABC
Carlos Eli Scopim
Vice-presidente – STI. Metalúrgicas de Osasco
Tadeu Morais de Sousa
Secretário – STI. Metalúrgicas de São Paulo
Antonio Sabóia B. Junior
Diretor – SEE. Bancários de São Paulo
Alberto Soares da Silva
Diretor – STI. Energia Elétrica de Campinas
Zenaide Honório
Diretora – Apeoesp
Pedro Celso Rosa
Diretor – STI. Metalúrgicas de Curitiba
Josemar Alves de Souza
Diretor – Sind. Energia Elétrica da Bahia
Levi da Hora
Diretor – STI. Energia Elétrica de São Paulo
Carlos Donizeti França de Oliveira
Diretor – FE em Asseio e Conservação do Estado de São Paulo (Femaco)
Mara Luzia Feltes
Diretora – SEE. Assessoria Perícias e Porto Alegre
Célio Ferreira Malta
Diretor – STI. Metalúrgicas de Guarulhos
Eduardo Alves Pacheco
Diretor – CNTT/CUT

DIREÇÃO TÉCNICA

Clemente Ganz Lúcio – *Diretor Técnico*
Ademir Figueiredo – *Coordenador de Estudos e Desenvolvimento*
Francisco J.C. de Oliveira – *Coordenador de Pesquisas*
José Silvestre Prado de Oliveira – *Coordenador de Relações Sindicais*
Nelson Karam – *Coordenador de Educação*
Claudia Fragozo dos Santos – *Coordenadora Administrativa e Financeira*

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Tiago Oliveira
Lúcia dos Santos Garcia
Adalgiza Lara (coordenadora)
Fernanda Chuerubin (estatística)
Jansen Gader (programador/consistidor)
Maria Lúcia de Oliveira (apoio)